

Diretoria do CESCAGE quer discutir a implantação dos parques na região

A diretora geral do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – Faculdades Integradas Cescage – Júlia Streski Fagundes Cunha, esteve nesta quinta-feira, 12 de maio, em Brasília, em audiência na Câmara dos Deputados. Em pauta, a mobilização dos parlamentares paranaenses no que diz respeito à localização das unidades federais de conservação que o governo federal pretende criar na região. *"Não somos contra a criação deste parque. Queremos, sim, discutir a localização das áreas a serem preservadas"*, argumenta a diretora.

Segundo as portarias 507 e 508 do Ministério do Meio Ambiente, serão implantadas três áreas de preservação ambiental na região. O Parque Nacional dos Campos Gerais abrange uma área de 21.749 ha localizada nas cidades de Ponta Grossa, Castro e Carambeí. A Reserva Biológica das Araucárias reúne terras de Imbituva, Teixeira Soares e Ipiranga, num total de 16.078 ha. E o Refúgio da Vida Silvestre do Rio Tibagi terá 31.698 ha de área, abrangendo as cidades de Imbituva, Teixeira Soares, Ipiranga, Ponta Grossa e Palmeira.

No entanto, a diretoria do Cescage acredita que há necessidade de uma discussão mais ampla sobre este assunto. *"Somos a favor da implantação destas áreas protegidas. Mas somos contrários à maneira como está sendo conduzido este processo. Acreditamos que é preciso mais discussões sobre este assunto e uma nova demarcação nas terras a serem protegidas"*, enfatizou o professor doutor José Sebastião Fagundes Cunha.

Como exemplo, ele citou que algumas áreas produtivas estão incluídas nos parques que o governo federal quer implantar. *"Só para se ter uma idéia de como as áreas não foram corretamente delimitadas, apenas um produtor poderá perder uma área de 3.000 ha de plantação de soja. E não podemos deixar que isto aconteça"*.



APONG VAI À JUSTIÇA PARA DEFENDER PRODUTORES

A Organização não Governamental **Ação Popular Campos Gerais (APONG)**, fundada pelo

Cescage, já está tomando as medidas cabíveis em defesa dos produtores e proprietários de terra

O programa "Verdade em Pauta", da última sexta-feira, apresentado pelo jornalista Adail Inglês, pela TVM, canal a cabo, teve como entrevistados a diretora-geral do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – Faculdades Integradas Cescage, Júlia Streski Fagundes Cunha, e o empresário e produtor rural Douglas Fanchin Taques Fonseca para falar sobre a criação das unidades de conservação do governo federal na Região dos Campos Gerais, em particular o Parque Nacional dos Campos Gerais. Júlia, que esteve em Brasília na quinta-feira conversando com parlamentares e buscando informações no Ministério do Meio Ambiente, alertou que talvez, o único caminho para reverter a situação seja bater às portas do Poder Judiciário e anunciou que a Organização não Governamental Ação Popular Campos Gerais (Apong), fundada pelo Cescage, já está tomando as medidas cabíveis em defesa dos produtores e proprietários de terra, aqui da Região dos Campos Gerais.

Douglas Taques Fonseca, que está liderando o movimento em nome dos agricultores, defendeu o debate entre o governo federal e a população dos Campos Gerais, e ainda, a mudança na delimitação da área dos parques, deixando claro que nenhum produtor ou empresário é contra a criação das unidades, mas que a criação dessas reservas não pode prejudicar a produção agrícola e as famílias que tiram seu sustento da terra, bem como, os empresários que geram empregos.

Iniciando a entrevista, Júlia destacou que este é um momento de apreensão da comunidade pela criação das unidades de conservação e, diz que deve existir realmente a preocupação, não apenas dos proprietários de terras que serão atingidos com a criação das unidades de conservação, mas de toda a sociedade, porque o reflexo será para todos, porque se não houver pessoas com capacidade para produzir, gerando renda, na haverá emprego e nem consumo. "Temos que nos mobilizar para mudar esta situação. Os parques são necessários, mas precisamos discutir melhor a questão". Júlia, inclusive, alertou que recebeu informações de que já teria acontecido mudanças nos mapas, com novas e maiores delimitações de áreas, e ainda, que no Ministério do Meio Ambiente ninguém está tendo acesso aos novos mapas, ou a qualquer outra informação.

Júlia argumentou que na Região Sul as pessoas preservam as áreas, e questiona por que os parques serão criados justamente nas áreas mais produtivas da região e no momento mais produtivo. "No mesmo momento em que há o incentivo para a produção de grãos, que elevam a balança comercial, na região mais produtiva do mundo por hectare, que é a nossa, aqui de Ponta Grossa e dos Campos Gerais, há um golpe dessa envergadura". A diretora do Cescage destaca que a discussão sobre a criação dos parques deveria ter sido feita bem antes, envolvendo todos os interessados, e não da forma como ocorreu, em que foi mínima a participação da comunidade.

O jornalista Adail Inglês lembrou que foram procurados os órgãos competentes como o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), para esclarecimentos, mas que não houve resposta, exceto da chefe regional do escritório de Ponta Grossa, Elma Romanó, porém, a mesma não tem autoridade para falar do assunto, por desconhecer a profundidade dos projetos, relatou.

Júlia ressaltou que em Brasília só conseguiu informações através de amigos, e que em conversa com alguns deputados, ouviu que a delimitação da área foi aumentada em mais mil hectares, e que do ponto de vista jurídico do Ministério do Meio Ambiente, todos os preceitos legais para a implementação dos parques já estão cumpridos. "Aquela convocação que houve na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) com os alunos de Biologia, para eles foi considerada como consulta pública, não interessando quem participou ou quantas pessoas estavam lá". Júlia lembra que a sonegação de informações pelo Ministério do Meio Ambiente e

a falta de discussão com a comunidade levam a crer que a situação possa não a ser correta. "Quando se tem algo a esconder é porque alguma coisa está errada".

Para Júlia é necessário levantar uma outra discussão, justamente, a necessidade de uma outra área de preservação uma vez que, em Irati, já existe o Parque Nacional das Araucárias, lembrando que no caso dos Campos Gerais, as áreas que estão sendo transformadas em áreas de preservação são produtivas. A diretora exemplificou que para cada emprego gerado no campo, um emprego e meio é gerado na cidade; e que a cada real ganho no campo reflete em um real e meio na cidade, gerando emprego, renda e movimentando a economia. Com essa delimitação dos parques, o Produto Interno Bruto (PIB) da região vai ficar reduzido em 35%, quebrando uma cadeia e atingindo a um número muito maior de pessoas do que se imagina. "Por isso, essa briga tem que ser de todos e temos que acordar para isso".

Julia conta que a bancada paranaense está mobilizada e já conseguiu aprovar no plenário uma convocação para que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, preste esclarecimentos sobre a criação das unidades de conservação. Porém, lembrou que a grande preocupação é que o decreto criando as unidades seja assinado antes do dia 27 de maio. Segundo a diretora do Cescage, a situação é complicada, porque praticamente o fato já está consumado, e que só pela via judicial poderá ser possível reverter a situação, uma vez que nem mesmo a bancada paranaense e a ruralista conseguem informações do governo.

APONG

Júlia, Vice-Presidente da APONG, explica que a Ação Popular Campos Gerais é uma ONG a serviço dos direitos humanos, e que vai entrar com todas as ações possíveis contra esse ato. "Nós não estamos defendendo apenas o direito dos agricultores, mas de toda a sociedade que também vai sentir os reflexos", diz.

O jornalista Adail Inglês destacou que o Cescage dá exemplo ao defender os interesses da sociedade, e mostra a necessidade do engajamento de outros segmentos organizados.

"A defesa é em favor dos direitos de toda a população e é drástico que se venha fazer um parque justamente na região mais produtiva do mundo, que atrai pessoas de todos os países para conhecer a tecnologia agrícola desenvolvida aqui. É um tiro no coração produtivo do agronegócio".

Lembrou ainda que além da agricultura, a produção de areia vai ficar inviabilizada, sendo necessário trazer de outros locais o material, encarecendo o preço do produto para a construção civil, citou o jornalista.

Prosseguindo, a professora Júlia Fagundes Cunha propôs uma grande campanha para que a sociedade saiba que todos serão atingidos, desde o funcionário que tira a areia do rio, até a empregada doméstica e o comércio. E alertou que é necessário questionar quem está defendendo os empregos dessa região. "A sociedade não acordou para o tamanho do colapso". Júlia deixou claro que ninguém é contra a criação dos parques, mas sim, contra a forma como eles estão sendo criados e a maneira como foram feitas as demarcações dessas áreas, lembrando mais uma vez, que é preciso discutir a real necessidade de mais áreas de preservação, uma vez que, em Irati, já há o Parque Nacional das Araucárias.

Encerrando, Júlia alertou que o problema não é apenas dos agricultores, mas de todos os pontagrossenses e dos que residem na Região dos Campos Gerais. "Precisamos realmente, nos unir", finalizou.